

1 **ATA DA 292ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE**
2 **SERGIPE REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2026.**

3 Aos vinte e quatro de fevereiro de 2026, às 9h34 foi realizada a 292ª Reunião
4 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde, no auditório da Fundação Estadual de
5 Saúde - FUNESA, localizado na Tv. Manoel Aguiar Menezes, 33 - Getúlio Vargas,
6 Aracaju – SE, convocada por seu Presidente, **Jardel Mitermayer Góis**, para que
7 fosse discutida e deliberada a pauta do dia. O conselheiro Antônio Luiz presidiu a
8 reunião. Convidou representantes no pleno para compor a mesa de forma paritária.

9 **1. Aprovação da 291ª ata reunião ordinária; 2. Informes Gerais; 3.**
10 **Apresentação da Iguá sobre os recorrentes episódios de desabastecimento**
11 **de água. 4. Apresentar ações realizadas pela comissão de finanças do CES. 5.**
12 **Apresentar ações realizadas pela Mesa Diretora. 6. Apresentar ações**
13 **propostas sobre o Projeto Participa+. 7. O que ocorrer.** Estando presentes os

14 seguintes conselheiros: **Titulares: Segmento Usuários** – LUCAS DOS SANTOS
15 (Associação Comunitária de Ensino e Cultura Paz e Bem); UBIRACY FERREIRA
16 SUASSUNA (Associação Comunitária Santo Antônio); ANTÔNIO LUIZ DOS
17 SANTOS (Associação de pais, amigos e pessoas com deficiências, de funcionários
18 do banco do Brasil e da comunidade/APABB); DIANNA DOS SANTOS BATISTA
19 (Associação Sergipana de Pessoas com Doenças Raras); NÚBIA SANTANA BISPO
20 (Centro Social Sérgio Arouca-CCSA); CAMILLA DE OLIVEIRA PLÍNIO (Centro de
21 Apoio às Pessoas com Doenças Neuro Imunes/CADNI); JORGE LOPES DE
22 SANTANA (Movimento Internacional da Paz/MINPA); e LUCIANO DA SILVA
23 OLIVEIRA (Rotary Club de Aracaju). **Segmento Trabalhadores:** ANA PAULA
24 VIEIRA ALVES MENDONÇA (Associação Brasileira de odontologia); e ALISSON
25 AUGUSTO GÓIS DE ALMEIDA (Conselho Regional de Odontologia). **Segmento**
26 **Gestores/Prestador:** NATASHA EMANUELLY DE JESUS CORDEIRO MILET
27 (Associação Luz do Sol); e ADNA DE SANTANA BARBOSA (Fundação Hospitalar
28 de Saúde). **Suplentes: Segmento Usuários** – WILLYANNE SILVA DOS SANTOS

29 (Associação Comunitária de Apoio as Mulheres de Aracaju/ASCAPAMA);
30 ROSEMARY TELES SANTANA (Associação Sergipana de Pessoas com Doenças
31 Raras); (DIOCLÉCIO FERREIRA FONSECA (Centro Social Sérgio Arouca); SÁVIO
32 CHARDSON XAVIER SANTANA SANTOS (Federação das APAES de
33 Sergipe/FEAPAESE); e JORGE DOS SANTOS (Movimento Comunitário do Estado
34 de Sergipe/MOCESE). **Suplentes: Segmento Trabalhadores** – DICLÉIA VITOR
35 FERREIRA (Sindicato dos Cirurgiões Dentistas de Sergipe); e MARCOS ANTÔNIO
36 MENEZES (Sindicato dos Trabalhadores na Área da Saúde do Estado de
37 Sergipe/SINTASA). **Suplentes: Segmento Gestor/Prestador:** KARINE DE
38 ALMEIDA REIS (Fundação Hospitalar de Saúde). O vice-presidente Antônio Luiz,
39 deu boas-vindas. Salientou tratar-se de uma reunião consultiva. A Presidência deu

40 as boas-vindas aos presentes e ressaltou tratar-se de reunião de caráter consultivo,
41 sem finalidade deliberativa. Registrou e agradeceu a presença do representante da
42 Iguá Saneamento, convidado para prestar esclarecimentos acerca da situação do
43 abastecimento de água no Estado de Sergipe, considerando que os documentos
44 analisados evidenciam a água como questão diretamente relacionada à saúde
45 pública. Destacou que, diante das informações divergentes veiculadas na mídia, e
46 considerando que o Conselho Estadual de Saúde de Sergipe, enquanto instância
47 de representação do movimento de saúde no estado de Sergipe por meio do controle
48 social, tem o dever de buscar informações técnicas, concretas e fidedignas, faz-se
49 necessária a obtenção de esclarecimentos adequados para subsidiar a sociedade
50 e, no que couber, somar esforços institucionais junto à Iguá. Em seguida, a palavra
51 foi concedida ao Dr. Eduardo para a explanação. O expositor cumprimentou o
52 Plenário, na pessoa do Presidente da sessão, e agradeceu o convite do Conselho
53 Estadual de Saúde de Sergipe para dialogar acerca do pilar do saneamento básico,
54 sua interface com o meio ambiente e, sobretudo, com a saúde pública. Destacou o
55 compromisso da Iguá Saneamento com a transparência institucional, ressaltando a
56 importância do diálogo aberto e permanente com todos os atores nos âmbitos
57 estadual e municipal. Na sequência, iniciou a apresentação técnica dos pontos
58 relacionados à prestação dos serviços e às ações em desenvolvimento no Estado.
59 Na sequência, apresentou as razões institucionais de sua presença no Estado de
60 Sergipe, explicitando as necessidades diagnosticadas no setor e os projetos
61 estruturantes previstos a longo prazo para o território sergipano. Destacou o cenário
62 nacional do saneamento básico, ressaltando o elevado déficit histórico e o
63 expressivo volume de investimentos necessários para a universalização dos
64 serviços, o que se configura como desafio significativo para qualquer gestor público.
65 Assinalou a existência de problema crônico no abastecimento de água em âmbito
66 nacional, com parcela relevante da população ainda sem acesso regular ao serviço,
67 situação que se agrava no que se refere ao esgotamento sanitário. Ao contextualizar
68 a realidade de Sergipe, pontuou que o cenário estadual não difere substancialmente
69 do panorama nacional, evidenciando deficiências estruturais decorrentes,
70 sobretudo, de limitações orçamentárias enfrentadas por estados e municípios ao
71 longo dos anos. Apresentou o Contrato de Concessão firmado pelo prazo de 35
72 (trinta e cinco) anos, esclarecendo que o modelo adotado não afastou a operadora
73 estadual Companhia de Saneamento de Sergipe, a qual permanece responsável
74 pela produção e tratamento da água, cabendo à concessionária Iguá Saneamento
75 a distribuição de água e a operação do esgotamento sanitário. Informou que o
76 contrato prevê investimento total da ordem de R\$ 6,3 bilhões, tendo sido já efetuado
77 o pagamento de R\$ 4,3 bilhões a título de outorga. Discorreu acerca da estrutura
78 contratual, planejada em fases de maturação técnica, destacando que, conforme
79 previsto em edital, as ações estratégicas e os investimentos necessários ao

80 cumprimento das metas deverão ser consolidados em Plano Diretor a ser elaborado
81 pela concessionária, com desenvolvimento específico para cada município
82 atendido. Evidenciou, ainda, a complexidade do sistema de abastecimento de água,
83 apresentando situações concretas, inclusive com registros fotográficos, nas quais
84 se verificam dificuldades no fornecimento a determinados municípios em razão de
85 desvios e interferências no sistema. Expôs as medidas adotadas e os critérios
86 técnicos que orientaram as tomadas de decisão. Esclareceu que, no período de
87 dezembro a maio, a operação ocorreu de forma assistida, possibilitando a
88 compreensão aprofundada do sistema. Posteriormente, a concessionária passou a
89 operar de forma autônoma. No intervalo de janeiro a maio, manteve-se a operação
90 assistida com a DESO, especialmente para atuação nas ocorrências de maior
91 gravidade, sendo promovidas ampliações de adutoras com vistas à mitigação de
92 gargalos identificados durante essa fase. Informou que, no primeiro dia de operação
93 plena, foi instituído o Plano dos 100 Dias, contemplando ampliações e reabilitações
94 de redes para enfrentamento imediato dos problemas diagnosticados. Na
95 sequência, implementou-se o Plano Verão. Além dos reparos de vazamentos,
96 encontram-se em execução manutenções preventivas e corretivas em estações
97 elevatórias, ventosas, pontos de descarga e reservatórios, com o objetivo de
98 assegurar maior eficiência e regularidade na prestação dos serviços. Na sequência,
99 apresentou informações relativas à ampliação da cobertura da Tarifa Social,
100 registrando que o número de famílias beneficiadas passou de 17,1 mil para 31,1 mil,
101 em decorrência da flexibilização dos critérios de elegibilidade e da realização de
102 mutirões promovidos no âmbito da denominada Rota Social, voltados à identificação
103 e inclusão de usuários em situação de vulnerabilidade. Ressaltou, ainda, a
104 relevância do monitoramento contínuo da qualidade da água tratada e distribuída à
105 população, destacando a observância aos padrões estabelecidos pelos órgãos
106 reguladores e de controle sanitário. Informou que são realizados acompanhamentos
107 sistemáticos, com coleta e análise de amostras, bem como a emissão periódica de
108 relatórios técnicos, assegurando transparência, rastreabilidade das informações e
109 garantia da segurança hídrica para os usuários atendidos. Registrou, ainda, a
110 ocorrência de furtos de água ao longo das adutoras, prática irregular que tem
111 impactado diretamente o regular funcionamento do sistema de abastecimento.
112 Destacou que tais intervenções clandestinas comprometem a vazão, provocam
113 despressurização da rede e contribuem para a intermitência no fornecimento em
114 determinados municípios. Informou que estão sendo adotadas medidas técnicas e
115 administrativas para coibir essas ocorrências, incluindo ações de fiscalização,
116 monitoramento operacional e articulação com os órgãos competentes, com vistas à
117 preservação da integridade da infraestrutura e à garantia da regularidade do
118 abastecimento à população. Em contraponto às práticas irregulares relacionadas a
119 furtos de água, a Iguá Saneamento informou que tem adotado medidas voltadas à

regularização do acesso, destacando a implementação da denominada “tarifa do leite”, modalidade de tarifa social destinada ao produtor rural, com o objetivo de assegurar o fornecimento de água com qualidade e dentro dos parâmetros legais, coibindo ligações clandestinas e promovendo o uso adequado do serviço. Na oportunidade, convidou os(as) conselheiros(as) interessados(as) a realizarem visita técnica ao laboratório responsável pelo controle e monitoramento da qualidade da água distribuída, a fim de conhecerem os procedimentos adotados e os padrões observados. Ao final, encerrou a apresentação, colocando-se à disposição para esclarecimentos e questionamentos. Acrescentou, ainda, que a Iguá Saneamento está operando no Estado há nove meses e que, embora reconheça haver desafios significativos a serem superados em Sergipe, ressalta que importantes avanços já foram realizados, reafirmando o compromisso da empresa com a população sergipana. O Conselheiro Antônio Luiz declarou que, diante da verificação de quórum regimental, a reunião passava a ter caráter ordinário. Ressaltou, contudo, que não foi observada a sequência da pauta previamente encaminhada, especialmente no que se refere aos itens 1 a 7, uma vez que até então os debates ocorriam em formato consultivo. Propôs, assim, a manutenção do item 3 para continuidade imediata e, após o encerramento das perguntas relativas à apresentação, sugeriu o prosseguimento dos demais pontos da pauta, condicionando a deliberação à anuência do Pleno. A proposta foi aprovada por unanimidade. Na sequência, foram abertas as inscrições para manifestação dos conselheiros, tendo como referência a apresentação realizada pelo Sr. Eduardo. O Conselheiro Ubiracy cumprimentou o Pleno e agradeceu a presença do Dr. Eduardo, representante da Iguá Saneamento. Em sua fala, mencionou a Agrese, destacando a Resolução nº 96, a qual, segundo pontuou, contempla diversos aspectos abordados na exposição. Observou que, à luz dos pontos apresentados, constrói-se a percepção de que o Governo do Estado teria transferido à Iguá um serviço considerado ineficiente, embora anteriormente em funcionamento. Relatou, ainda, problemas no abastecimento de água na região do Mosqueiro, registrando que o serviço, antes prestado pela Companhia de Saneamento de Sergipe, apresentava funcionamento regular, mas que, após a transição operacional, teriam sido percebidos indícios de agravamento e ineficiência na prestação do serviço. O Conselheiro registrou a necessidade de que a Iguá Saneamento tivesse realizado estudo técnico prévio e aprofundado antes de assumir a prestação dos serviços, a fim de identificar fragilidades estruturais e operacionais, bem como planejar intervenções adequadas à realidade local. Na oportunidade, solicitou ao Pleno a apreciação e aprovação de Recomendação formal à empresa, especialmente no que se refere à regularidade e continuidade do fornecimento de água, ressaltando que, nos casos de suspensão do abastecimento, não deve haver aplicação de multa ou cobrança indevida ao usuário afetado. Ratificou, ainda, a proposta de

160 encaminhamento de Recomendação aos órgãos fiscalizadores e de controle, às
161 instâncias de representação competentes, aos órgãos da área da saúde e ao
162 Conselho Nacional de Saúde, para ciência e adoção das providências que
163 entenderem cabíveis. O Conselheiro Jorge Lopes cumprimentou o Pleno e, em sua
164 manifestação, afirmou que a problemática do abastecimento de água no Estado
165 apresenta-se em situação preocupante. Referiu-se a municípios mencionados pelo
166 expositor e destacou, de forma específica, uma localidade na região de Nossa
167 Senhora da Glória onde, segundo relatou, o fornecimento regular de água não
168 ocorre há aproximadamente 30 anos. Questionou se, antes da formalização da
169 concessão, a Iguá Saneamento realizou diagnóstico técnico abrangente para
170 identificação de todos os passivos estruturais e operacionais existentes,
171 previamente à assunção dos serviços. Na sequência, mencionou bairros do
172 município de Aracaju que, conforme relatado, enfrentam desabastecimento
173 recorrente. Também pontuou preocupação quanto à cobrança de taxa de religação
174 nos casos de corte no fornecimento domiciliar, considerando os valores atualmente
175 praticados como elevados. Por fim, questionou se haverá previsão de cobrança
176 relacionada à utilização de poço artesiano, solicitando esclarecimentos acerca da
177 política tarifária aplicável a essa situação. O **Dr. Eduardo** esclareceu que, em
178 relação ao Mosqueiro e a outros bairros e povoados mencionados nos
179 questionamentos, foram executadas intervenções com o objetivo de ampliar o
180 abastecimento para populações que anteriormente não eram atendidas pelo serviço
181 regular de água. Contudo, ressaltou que, em razão da ampliação do atendimento
182 sem correspondente incremento no volume de água disponibilizado à Iguá
183 Saneamento para distribuição, tornou-se necessário promover ajustes na oferta em
184 determinados municípios, com redução da quantidade anteriormente distribuída.
185 Destacou que não houve aumento da produção ou da captação hídrica, mas apenas
186 reorganização da distribuição existente. Informou, ainda, que a empresa tem
187 realizado ações de fiscalização em diversos bairros, com o objetivo de identificar
188 imóveis em situação irregular. Esclareceu que unidades consumidoras sem
189 hidrômetro instalado estarão sujeitas à suspensão do fornecimento, conforme as
190 normas vigentes. Por fim, enfatizou a necessidade de conscientização coletiva,
191 destacando que é fundamental que haja empatia entre os usuários e adoção de
192 práticas de consumo consciente, de modo a assegurar a sustentabilidade do
193 sistema e a equidade no acesso ao serviço. O Dr. Eduardo esclareceu que não
194 houve aumento no valor da taxa, permanecendo sem reajuste tarifário. Destacou
195 que a Iguá Saneamento não detém autonomia para aplicar reajustes por iniciativa
196 própria, uma vez que estes dependem das regras estabelecidas no contrato de
197 concessão e da regulação competente. Informou que houve, recentemente, apenas
198 a recomposição inflacionária, com a finalidade de preservar o poder de compra e
199 assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do serviço, não se tratando de aumento

200 real da tarifa. No que se refere ao HD (hidrômetro), esclareceu que a cobrança
201 observa estritamente os valores previstos no contrato de concessão, não havendo
202 acréscimo de quaisquer valores além daqueles formalmente estabelecidos. No que
203 se refere à realização de estudo prévio, o Dr. Eduardo esclareceu que a Iguá
204 Saneamento tinha conhecimento das dificuldades estruturais existentes antes da
205 formalização da concessão, ressaltando que tais informações eram de domínio de
206 todos os concorrentes participantes do certame. Pontuou que, em razão da
207 complexidade do cenário, o contrato de concessão prevê prazo para estruturação e
208 aprofundamento dos estudos técnicos, estabelecendo que os investimentos
209 estruturantes ocorram após o período inicial de até 18 meses, destinado à análise
210 diagnóstica detalhada da realidade do Estado como um todo. Destacou, ainda, a
211 relevância do Plano Diretor como instrumento fundamental de planejamento,
212 orientando a definição de prioridades, a alocação de recursos e a execução de
213 investimentos necessários à qualificação e expansão dos serviços prestados. Sobre
214 poço artesiano citou a Lei federal nº 11445 que onde se tem rede de distribuição de
215 água não se pode ter fonte alternativa porque poço artesiano de residência é raso
216 e onde se tem rede de esgoto a fossa séptica se comunica com o poço artesiano.

217 **Luciano** cumprimentou os presentes e questionou acerca da denominada
218 “operação assistida”. Informou não compreender o motivo pelo qual o Estado estaria
219 arcando, conforme informações divulgadas, com o pagamento de 600 (seiscentos)
220 caminhões-pipa, considerando que a Iguá Saneamento é a responsável pelo
221 abastecimento. Indagou, ainda, se haverá cobrança pelo uso de poços artesianos
222 já existentes há longo período. No tocante aos furtos de água, afirmou tratar-se de
223 questão de polícia. Na sequência, relatou a existência de um buraco em
224 determinada rua, persistente há mais de 60 (sessenta) dias, registrando que entrou
225 em contato com a Iguá Saneamento, sem, contudo, obter retorno para a devida
226 solução. A conselheira **Dianna** cumprimentou o Pleno, identificou-se e relatou que
227 pessoas com doenças raras acabam sendo invisibilizadas pelos órgãos públicos e
228 pela sociedade de modo geral. Corroborando as manifestações anteriores,
229 destacou que os problemas relacionados ao abastecimento de água são antigos.
230 Agradeceu pela oportunidade de acesso às informações e aos esclarecimentos
231 apresentados acerca da temática. Questionou sobre aspectos relacionados à cor,
232 ao odor e ao sabor da água distribuída. Por fim, parabenizou a Iguá Saneamento
233 pelo trabalho desenvolvido no tratamento de água e esgotamento sanitário,
234 mencionando, ainda, o projeto de sustentabilidade da empresa, que contempla
235 ações de acompanhamento da ausência de banheiros públicos em instituições e
236 residências de baixa renda, além de outros projetos de cunho social. O **Dr. Eduardo**
237 manifestou-se, registrando que a fala da conselheira Dianna está alinhada ao viés
238 do cuidado com a saúde pública. No que se refere à qualidade da água, esclareceu
239 que os serviços prestados pela Iguá Saneamento são regulamentados e

fiscalizados pelo Ministério da Saúde, por meio das vigilâncias sanitárias estadual e municipais. Pontuou, ainda, que a Iguá Saneamento não é responsável pela produção da água, sendo esta atribuição da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso). Informou que a Iguá realiza coleta de amostras tanto na saída da produção quanto ao longo de todo o sistema de distribuição, observando rigorosamente os parâmetros estabelecidos na Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde. Por fim, afirmou que, conforme os monitoramentos realizados, não há inconformidades na qualidade da água distribuída. Prosseguindo, esclareceu que, ainda que a água eventualmente apresente coloração diferenciada, permanece própria para consumo e dentro dos padrões de qualidade estabelecidos. Na oportunidade, convidou o Pleno a realizar visita técnica ao laboratório da Iguá Saneamento, a fim de conhecer os procedimentos de controle e monitoramento adotados. Mencionou, ainda, a instalação de banheiros em associações comunitárias, por meio do projeto de sustentabilidade desenvolvido pela empresa. No que se refere ao pagamento de carros-pipa, informou que este é realizado pelo Estado até que todos os povoados sejam internalizados no contrato de concessão da Iguá Saneamento. Esclareceu que existem 1.999 (mil novecentos e noventa e nove) povoados, sendo que a obrigação contratual da concessionária abrange 650 (seiscentos e cinquenta), cabendo ao Estado o atendimento dos demais. Quanto aos poços artesianos, afirmou que eventual processo de autuação somente será adotado quando houver fornecimento regular de água, sem intermitência, na residência do usuário. Ressaltou que a Iguá Saneamento não se exime de corrigir falhas e que não há compromisso com o erro. Por fim, solicitou o número de protocolo referente à comunicação mencionada por Luciano, a fim de que a demanda seja devidamente averiguada e solucionada. **Jorge dos Santos**, cumprimentou a todos, parabenizou pela explanação e pelos esclarecimentos apresentados, ressaltando a importância de que tais informações sejam estendidas aos demais municípios do Estado. Mencionou a situação de falta de água no município de Graccho Cardoso, destacando a necessidade de atenção à localidade, bem como registrou a relevância da ampliação da Tarifa Social, possibilitando o acesso de um número maior de pessoas ao benefício. O conselheiro **Luiz Carlos** cumprimentou os presentes e relatou ocorrência de cobrança indevida referente à rede de esgotamento sanitário. Na sequência, parabenizou a Iguá Saneamento pela postura e coragem ao assumir o contrato anteriormente executado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), considerando os inúmeros problemas historicamente existentes. Ressaltou que o momento é também político, observando que críticas certamente surgirão para atingir a antiga gestão. Ressaltou que a Deso deixou diversas pendências estruturais. O conselheiro **Ubiracy** relatou a existência de problemas antigos na região do Mosqueiro, destacando que, em seu entendimento, o Estado teria transferido determinada

responsabilidade para a iniciativa privada, ao repassá-la a uma empresa concessionária. Fez referência a dispositivos constantes do Anexo Único da Resolução nº 96/2025, que aprova as alterações no Regulamento Geral dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Sergipe, especialmente no que se refere aos valores cobrados pelos serviços. Diante disso, manifestou o entendimento de que eventuais questionamentos e cobranças deveriam ser direcionados à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (AGRESE), e não à Iguá Saneamento. Questionou, ainda, acerca da destinação dos valores arrecadados com a aplicação de multas, indagando onde tais recursos são investidos. Ao final, parabenizou o Dr. Eduardo pela explanação e pelos esclarecimentos prestados ao Colegiado. **Antônio Luiz** chamou a atenção do Pleno para o aspecto da empatia mencionado pelo Dr. Eduardo, observando que, embora se trate de um Colegiado, os questionamentos apresentados assumiram, em muitos momentos, caráter pessoal, tendo como referência as dificuldades enfrentadas no cotidiano por cada conselheiro. Ressaltou que tal postura não deixa de ser compreensível, uma vez que, além de conselheiros, todos também são usuários dos serviços. Contudo, ponderou que a complexidade da temática vai além das demandas individuais. Destacou que, conforme evidenciado na fala do expositor, o cenário envolve um emaranhado jurídico, técnico e comunicacional, cuja solução não se apresenta de forma simples ou imediata, como se fosse restrita à resolução de um problema doméstico. Enfatizou que se trata de uma solução de Estado, que ultrapassa a fronteira de uma gestão administrativa específica, inclusive com referências a experiências internacionais mencionadas na apresentação. Em tom de analogia a um jargão popular, afirmou que “o buraco é mais embaixo”, fazendo alusão à discussão sobre poço artesiano. Como encaminhamento diante das explanações e questionamentos do Pleno, propôs que o Governo de Sergipe seja convidado a se manifestar junto ao Colegiado, por meio da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (AGRESE) e da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), e, em momento posterior, se necessário, que o Ministério Público do Estado de Sergipe também seja instado a se pronunciar. Registrou que a Iguá Saneamento representa a ponta de um iceberg dentro de um contexto mais amplo. Na sequência, foi franqueada a palavra ao **Dr. Eduardo**, que respondeu aos questionamentos anteriormente apresentados. Informou que, no ano de 2025, foram realizadas audiências públicas e que a empresa se coloca à disposição para participar de reuniões em todos os Conselhos Municipais que formalizarem convite, por compreender a importância da visibilidade e da transparência das informações. Reafirmou não ter compromisso com o erro e que a concessionária realiza apenas a cobrança do que é legalmente devido. Esclareceu que a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe não criou documentos com finalidade de

favorecer ou desfavorecer qualquer parte, sendo os normativos cópias compiladas de regulamentações nacionais. Quanto às cobranças de rede de esgoto em localidades onde o serviço não esteja disponível, orientou que o usuário apresente comprovação, ocasião em que não haverá cobrança indevida. No tocante à distribuição de água por meio de carros-pipa, informou que apenas a Companhia de Saneamento de Sergipe possui autorização para realizar a distribuição, em razão do controle quanto ao tratamento da água. Alertou que outras empresas que realizem abastecimento de instituições por meio de carros-pipa podem ser autuadas, caso não observem as normas regulatórias, evitando-se riscos à saúde da população. Por fim, discorreu sobre as contratações realizadas pela Iguá Saneamento, destacando que foi priorizada a contratação de moradores do Estado de Sergipe, embora tenha observado que alguns candidatos manifestaram interesse exclusivo em atuar na capital. Agradeceu o convite, colocou a empresa à disposição para tratar de assuntos pertinentes ao abastecimento de água relacionados à saúde pública e solicitou que o Colegiado externalize as informações aos Conselhos Municipais, reforçando que, uma vez convidada, a Iguá se fará presente. Concluiu afirmando que a empresa mantém compromisso com os sergipanos. A conselheira **Adna** cumprimentou os presentes e, em nome do Secretário de Estado da Saúde, Jardel Mitermayer, agradeceu a presença do Dr. Eduardo na reunião. Destacou que o Conselho Estadual de Saúde permanece sempre à disposição para o diálogo institucional e agradeceu a colaboração e os esclarecimentos prestados aos conselheiros. O conselheiro **Antônio Luiz** agradeceu a participação do Dr. Eduardo e, dirigindo-se ao Pleno, reiterou a proposta anteriormente apresentada no sentido de convidar a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (AGRESE) e a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) para se manifestarem oportunamente perante o Colegiado. Submetida a proposta ao regime de votação, todos os conselheiros se manifestaram favoravelmente à convocação das referidas instituições. Dando continuidade à pauta, passou-se ao **PRIMEIRO PONTO DE PAUTA. Apreciação da 291ª Ata da Reunião Ordinária.** O Presidente confirmou com o Pleno o recebimento prévio do documento por meio eletrônico. Submetida à votação, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se ao **item SEGUNDO DA PAUTA, referente aos Informes Gerais.** A conselheira **Núbia** cumprimentou a todos e solicitou ao Pleno uma reflexão acerca do horário de chegada às reuniões. Ressaltou que as reuniões são convocadas para as 8h30 e que, na presente data, sentiu-se constrangida pelo fato do palestrante ter chegado pontualmente, conforme o horário previsto, possuindo, inclusive, outro compromisso previamente agendado, e não haver quórum suficiente para o início dos trabalhos. Registrou que o expositor chegou a procurá-la para confirmar se a reunião ocorreria, uma vez que participaria de audiência na Assembleia Legislativa de Sergipe. Diante disso, destacou a

360 necessidade da Mesa Diretora chamar a ordem quanto ao cumprimento dos
361 horários estabelecidos, ressaltando que, caso o horário esteja inadequado, que se
362 delibere pela sua alteração, mas que, uma vez definido, seja rigorosamente
363 cumprido. Convidou o Pleno à reflexão quanto à pontualidade e ao compromisso
364 com o horário previamente estabelecido. Ademais, solicitou o cumprimento do
365 Regimento Interno no que se refere ao tempo de fala dos conselheiros, observando
366 que o limite de três minutos não vem sendo respeitado, havendo, ainda, falas
367 repetitivas que comprometem a dinâmica e a objetividade das reuniões. **Evanildo**
368 cumprimentou o colegiado e manifestou concordância com a fala de Núbia.
369 Acrescentou que a questão do descumprimento de horário tem se tornado
370 recorrente, o que demonstra fragilidade no compromisso institucional. Registrou que
371 o palestrante chegou às 7h50, cumprindo rigorosamente o horário estabelecido, fato
372 que, segundo ele, tem ocorrido com outros convidados. Contudo, observou que
373 parte dos conselheiros tem se atrasado sistematicamente e que aqueles que não
374 puderem comparecer devem, previamente, articular-se com seus respectivos
375 suplentes, a fim de assegurar a representação. Ressaltou que o Conselho não pode
376 transmitir a imagem de um colegiado sem seriedade, enfatizando a necessidade de
377 mudança de postura e comportamento, especialmente diante da iminente assunção
378 de nova gestão, destacando que é preciso agir com a responsabilidade que a
379 instância de Conselho Estadual de Saúde exige. **Jorge Lopes** manifestou
380 concordância com as explanações anteriores e lembrou que já havia abordado o
381 mesmo tema no ano anterior, lamentando que o novo ano se inicie com as mesmas
382 falhas. Destacou que, em períodos anteriores, os conselheiros demonstravam maior
383 participação e atuação. Pontuou que a Mesa Diretora deve promover uma reflexão
384 acerca do compromisso dos membros, avaliando quem, de fato, está exercendo
385 ativamente a função de conselheiro. Salientou, ainda, que, embora exista comissão
386 responsável por visitas aos Conselhos Municipais de Saúde, é imprescindível que
387 o próprio colegiado também organize e fortaleça seu funcionamento interno.
388 **Luciano** ressaltou que a problemática dos atrasos já havia sido discutida em
389 reuniões anteriores. Propôs o encaminhamento de circular nominal aos
390 conselheiros, reforçando o compromisso e a responsabilidade de presença em
391 todas as reuniões, com menção expressa ao que dispõe o Regimento Interno.
392 Sugeriu que, a partir da próxima reunião, sejam adotadas medidas mais rigorosas,
393 com registro e contagem das faltas, aplicação das penalidades cabíveis e, em caso
394 de reincidência, substituição do membro junto ao órgão de origem, mediante
395 solicitação de indicação de representante que demonstre efetivo compromisso com
396 as atribuições do colegiado, considerando que o tema já foi reiteradamente debatido,
397 sendo necessária formalização por meio de comunicação oficial. **Antônio Luiz**
398 informou ter encaminhado ofício à empresa Iguá Saneamento convidando-a a
399 participar da reunião. Relatou que, inicialmente, a empresa confirmou presença;

400 contudo, posteriormente comunicou que não poderia comparecer ao CES.
401 Destacou que, a partir da confirmação inicial, a Vice-Presidência chegou a articular
402 ação envolvendo a imprensa, bem como mobilização junto aos conselheiros para
403 assegurar ampla participação. Entretanto, a empresa declinou da presença de
404 forma superveniente. O CES reenviou comunicação ratificando o convite, mas não
405 houve retorno formal quanto à confirmação. Ressaltou que, embora não seja
406 possível afirmar se a mudança de posicionamento ocorreu de forma deliberada, a
407 Iguá Saneamento fez-se presente em momento oportuno, havendo quórum,
408 ocasião em que foram dirimidas dúvidas e prestados esclarecimentos relevantes.
409 Na sequência, solicitou à Secretária-Executiva que procedesse à explanação
410 acerca do Regimento Interno no tocante às faltas. **Vandecy** cumprimentou o pleno
411 e esclareceu que o Regimento Interno dispõe que o conselheiro que incorrer em
412 três faltas consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa, deverá ter a situação
413 comunicada à entidade que representa, a fim de que esta providencie sua
414 substituição, indicando novo representante. Ressaltou que, havendo justificativa
415 formal, não cabe solicitação de substituição. Pontuou, ainda, para reflexão do
416 colegiado, a possibilidade de manutenção da primeira chamada às 8h30 e segunda
417 chamada às 9h, com suspensão da reunião na ausência de quórum, frisando tratar-
418 se de opinião pessoal, não configurando sugestão formal, por entender que não
419 compete à Secretaria-Executiva deliberar sobre matéria afeta ao plenário. **Ubiracy**
420 destacou que o Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho e que o
421 art. 106 prevê que os casos omissos serão deliberados em plenário. Observou que
422 o Regimento trata da representação das entidades, e não da pessoa do conselheiro
423 em si. Informou que analisará o Regimento com maior profundidade para pautar a
424 matéria em reunião futura, com vistas à eventual publicação de resolução acerca
425 do que vier a ser definido. **Antônio Luiz** manifestou concordância com a proposta
426 apresentada por Luciano no sentido de emitir comunicado formal reforçando o
427 horário das reuniões. **Adna** registrou que o representante da Iguá Saneamento
428 mencionou a existência de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia
429 Legislativa de Sergipe, para a qual a empresa também fora convidada a realizar
430 apresentação, o que teria ocasionado choque de agendas e justificado a
431 impossibilidade inicial de comparecimento ao CES. Informou, contudo, que o
432 representante participou da reunião do Conselho e, posteriormente, dirigiu-se à
433 Assembleia Legislativa. Por fim, destacou sua participação na Mesa Diretora, na
434 condição de Primeira Secretária, solicitando o apoio dos conselheiros, tendo em
435 assumir a função anteriormente exercida por Davi, cuja atuação reconheceu como
436 desempenhada com excelência, em conjunto com o Vice-Presidente. Colocou-se à
437 disposição para que as tratativas com a Secretaria de Estado da Saúde (SES) sejam
438 direcionadas à sua pessoa, a fim de articular as demandas entre o CES e a SES.
439 Assegurou que eventuais críticas serão acolhidas e analisadas com

responsabilidade, visando ao aprimoramento dos serviços de saúde. **Antônio Luiz** parabenizou Adna pela manifestação e a congratulou pela disposição em desenvolver um trabalho comprometido e profícuo, destacando a importância de fortalecer, cada vez mais, o controle social. Assegurou que a mesma poderá contar com o apoio do pleno, especialmente dos segmentos de usuários e trabalhadores, para o êxito das ações a serem empreendidas. A manifestação foi acolhida pelo colegiado com salva de palmas. Na sequência, **Antônio Luiz** deu prosseguimento à reunião, passando à apreciação do **QUARTO ITEM DA PAUTA. Apresentar ações realizadas pela comissão de finanças.** **Ubiracy** destacou que, em consonância com o Regimento Interno, procedia à apresentação das ações desenvolvidas pela Comissão Intersetorial de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo Estadual de Saúde, Comissão de Análise do Orçamento, Comissão de Orçamento e Finanças e Acompanhamento de Projetos, Fiscalização e Acompanhamento dos Estabelecimentos de Saúde do Estado e Monitoramento da Mortalidade Materno-Infantil. Foram apresentadas as atividades realizadas nos exercícios de 2024 e 2025. Inicialmente, a Comissão reuniu-se para definição da coordenação, da relatoria e para a eleição de dois conselheiros responsáveis pelo acesso ao sistema DigiSUS Gestor. Relatou que, ao longo do período, os membros da Comissão se dedicaram à análise técnica e emissão de pareceres acerca dos seguintes instrumentos de gestão: Plano Estadual de Saúde 2024-2027; análise e deliberação dos pareceres sobre os Relatórios Quadrimestrais de 2023 (1º, 2º e 3º); bem como aprovação e encaminhamento do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2023; Análise e elaboração de parecer do 1º, 2º e 3º Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) de 2024; Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024; Programação Anual de Saúde (PAS) 2025; análise e deliberação dos pareceres referentes ao 1º e 2º RDQA de 2025. Ao final da apresentação, reiterou a importância do trabalho conjunto desenvolvido pelo colegiado para o fortalecimento e a consolidação da saúde pública na região. Destacou, ainda, a relevância da análise criteriosa dos instrumentos de gestão, ressaltando que tais ferramentas são essenciais para o adequado planejamento, monitoramento, transparência e efetividade das ações e políticas públicas de saúde. Na sequência foi eleito um conselheiro do segmento trabalhador devido a vacância com a saída de João Lima. Em regime de votação Marcos Antônio Menezes, representante do SINTASA, foi eleito para compor a comissão de finanças. Passou-se ao **QUINTO PONTO DE PAUTA. Apresentar ações realizadas pela Mesa Diretora.** **Ubiracy**, coordenador de educação permanente na Mesa Diretora, esclareceu que o objetivo da apresentação foi informar, sistematizar e prestar contas das ações desenvolvidas pela Mesa Diretora no biênio 2024-2026, reafirmando o compromisso do colegiado com a democracia participativa e com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Prosseguindo, realizou breve contextualização normativa acerca das competências

da Mesa Diretora, destacando que suas atribuições estão organizadas em três eixos estruturantes: Fortalecimento Institucional; Atuação Política e Defesa do SUS; e Educação Permanente e Formação. Apresentou os principais resultados alcançados no período, evidenciando: maior organização institucional; fortalecimento do protagonismo do CES/SE; ampliação do diálogo interinstitucional; consolidação da Mesa Diretora como espaço de articulação; e defesa permanente da democracia participativa. Apontou, ainda, os desafios enfrentados, dentre os quais ressaltou: limitações estruturais e tecnológicas; demandas crescentes do controle social; e necessidade de maior integração regional. Ao final, enfatizou que o trabalho desenvolvido pela Mesa Diretora nos anos de 2024 e 2025 reafirma que o controle social constitui instrumento essencial da democracia e que o Sistema Único de Saúde somente se sustenta mediante participação ativa, vigilante e comprometida da sociedade. **Passou-se ao SEXTO PONTO DE PAUTA. Apresentar ações propostas sobre o Projeto Participa+.** Ubiracy ponderou que o Conselho Estadual de Saúde (CES) vem se fortalecendo cada vez mais. Ressaltou que, entre os 27 estados da federação, Sergipe foi o único a responder ao Conselho Nacional de Saúde acerca do Projeto Participa+. Destacou, ainda, a relevância do trabalho desenvolvido pela Secretária executiva, Cicy, enquanto profissional, bem como a atuação da coordenação exercida por Núbia, salientando que todos estão imbuídos no propósito de aprimoramento e fortalecimento das ações do Conselho. Informou que, no ano de 2026, estão previstas três etapas de oficinas no âmbito do referido projeto, cujos links para inscrição já se encontram disponíveis. Esclareceu que a primeira etapa será destinada à região do Alto Sertão, seguida pela região Centro-Sul, priorizando a participação daqueles que ainda não tiveram oportunidade de participar das atividades formativas. Relatou que a necessidade de ampliação dos espaços de participação do CES nos municípios já havia sido sinalizada à Adna em reunião extraoficial, ocasião em que foi ressaltada a importância de maior inserção do Conselho nas instâncias municipais. Acrescentou que, ao longo do ano, seria pertinente a realização de, pelo menos, três reuniões nas regionais de saúde, com a participação dos membros do CES. Em resposta, Adna salientou que a gestão compactua com a ampliação das possibilidades de presença do CES nos municípios, entretanto ressaltou a necessidade de organização logística e planejamento prévio, considerando a limitação de transporte disponível, diante das demandas da Mesa Diretora, das atividades administrativas do Conselho e das necessidades dos próprios conselheiros. Nesse sentido, sugeriu, se possível, a elaboração de um planejamento anual contendo datas previamente estabelecidas para as visitas aos municípios, ainda que sujeitas a eventuais alterações, de modo a permitir que a Secretaria de Estado da Saúde (SES) possa se programar e evitar conflitos de agenda, tendo em vista as diversas tratativas que envolvem o CES. Na sequência,

520 **Ubiracy** retomou sua explanação e abordou o processo formativo do Projeto
521 Participa+, iniciativa do Governo Federal. Em seguida, abriu um parêntese para
522 informar que o Governo Federal deverá publicar portaria voltada ao fortalecimento
523 dos conselhos locais de saúde, com a finalidade de possibilitar a elaboração de
524 projetos. Explicou que, por meio das secretarias, os conselhos poderão encaminhar
525 propostas e, caso aprovadas, poderão receber recursos no valor de até
526 R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para estruturação ou reestruturação do respectivo
527 conselho. Retomando a apresentação, informou que, no dia 26 de março, caso o
528 Conselho Nacional de Saúde encaminhe o material necessário e finalize as
529 tratativas pendentes, será realizado o “Dia D”, evento que contará com
530 financiamento integral do Ministério da Saúde e previsão de público de
531 aproximadamente 500 pessoas, estando, no momento, no aguardo da programação
532 oficial do Ministério da Saúde. Por fim, apresentou o Plano de Ação para o ano de
533 2026, cujo objetivo principal é fortalecer a atuação dos conselheiros estaduais e
534 municipais, bem como dos(as) secretários(as) executivos(as), por meio do
535 planejamento, articulação e execução de ações de educação permanente em saúde
536 ao longo do referido ano, assegurando qualificação técnica, política e institucional
537 para o exercício do controle social. Não havendo questionamentos após a
538 explanação, Ubiracy solicitou a Adna a indicação, por parte da gestão, de
539 representante para recompor a Comissão de Finanças. Em seguida, Antônio Luiz
540 retomou a condução da reunião, agradecendo a Ubiracy pela explanação referente
541 às três últimas apresentações constantes na pauta. Dando prosseguimento, Antônio
542 Luiz retomou o processo de eleição do segmento trabalhador para indicação de
543 conselheiro(a) que integrará a Comissão de Finanças. Entre os conselheiros
544 presentes, foi ratificado o nome do conselheiro Marcos para compor a referida
545 comissão. Na sequência, passou-se ao ponto de pauta “O que ocorrer”. Com a
546 palavra, **Luiz Carlos** cumprimentou o colegiado e agradeceu à Casa pelo período
547 em que participou do Conselho Estadual de Saúde, ressaltando sua atuação na
548 defesa do controle social. Em seguida, relatou sentir-se perseguido em razão de
549 informações inverídicas que, segundo ele, teriam sido atribuídas pelo conselheiro
550 Dioclécio, relacionadas a uma suposta tentativa de obtenção de favorecimento no
551 atendimento no CEMAR, mediante “carteirada”. Acrescentou, ainda, que a gerência
552 do referido equipamento de saúde entrou em contato com Núbia para relatar a
553 situação, após o próprio conselheiro ter questionado o fato do sistema de
554 atendimento da unidade não respeitar a ordem de chamada destinada às pessoas
555 com deficiência e aos demais atendimentos prioritários. Ao final, reiterou seus
556 agradecimentos pela oportunidade de ter integrado o CES. Na sequência, Núbia
557 esclareceu que recebeu ligação de uma funcionária do CEMAR relatando o ocorrido,
558 tendo em vista que também exerce a função de presidente do Conselho Municipal
559 de Saúde de Aracaju. Informou que a funcionária entrou em contato para questionar

560 se o Sr. Luiz Carlos era conselheiro municipal. Ressaltou, contudo, que, ainda que
561 seja conselheiro, não é adequado adentrar um estabelecimento de saúde para
562 realizar intervenção ou fiscalização quando se está na condição de usuário do
563 serviço, podendo, entretanto, reivindicar seus direitos enquanto usuário. Fez toda a
564 narrativa com base nas informações repassadas pela funcionária, buscando realizar
565 a mediação do conflito entre o CEMAR e o Sr. Luiz Carlos. Em seguida, **Dioclécio**
566 esclareceu que, em momento anterior, havia apenas pontuado no grupo do
567 Conselho Estadual de Saúde a necessidade de averiguar se algum conselheiro
568 estaria se utilizando da função para obter benefícios em atendimentos em
569 equipamentos de saúde, sem, contudo, mencionar nomes. Ressaltou que,
570 diferentemente do que ocorreu, o ex-conselheiro Luiz Carlos tem feito acusações
571 citando diretamente seu nome. Acrescentou, ainda, que situações semelhantes já
572 teriam ocorrido anteriormente envolvendo o Sr. Luiz Carlos, o que, segundo relatou,
573 motivou sua retirada do Conselho Municipal de Saúde de Aracaju em período
574 passado. Retomando a palavra, **Antônio Luiz** agradeceu a presença de todos os
575 conselheiros e conselheiras e declarou encerrada a reunião às 12h16, convidando
576 o pleno para um coffee break. Para constar, foi realizado o arquivamento do áudio
577 da reunião. Eu, Vandecy Farias Bezerra, Secretária Executiva, lavrei a presente ata
578 que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.